DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PERIÓDICO “O VULGARISADOR”

POPULARIZATION AND INSTITUTIONALIZATION OF
LINGUISTICS KNOWLEDGE IN THE NINETEENTH CENTURY
BRAZIL: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE JOURNAL “O
VULGARISADOR”

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki¹

Resumo: *O presente artigo, fundamentado nos conceitos e dispositivos advindos da Análise de Discurso francesa e da História das Ideias Linguísticas, tem como propósito averiguar como o conhecimento sobre as ciências da linguagem circulava, ou seja, era socialmente divulgado em “O Vulgarisador” – um jornal destinado a divulgar “conhecimentos úteis”, publicado no Rio de Janeiro entre os anos de 1877 a 1880. Especificamente, busca-se identificar as imagens discursivas construídas no periódico. Para a realização das análises, foram elencadas três edições da seção intitulada “Philologia Moderna”, escrita por Boaventura Plácido Lameira de Andrade. Com a análise das sequências discursivas, foi possível depreender a imagem da linguística como a área de conhecimento que trata da evolução das línguas (entendidas como seres vivos) e tomar a seção como uma forma de instituir e legitimar os estudos linguísticos no Brasil oitocentista.*

Palavras-chave: divulgação científica; estudos de linguagem; periódico oitocentista.

Abstract: *This article, based on the concepts and devices coming from the French Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas, aims to find out how the knowledge of the sciences of language circulated, i.e. it was socially disclosed in “O Vulgarisador” - a newspaper aimed at spreading “useful knowledge”, published in Rio de Janeiro between the years 1877 to 1880. Specifically, we seek to identify the discursive images constructed in the journal. To carry out the analysis were listed three editions of the section entitled*

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Linguística na UERJ.

“Philologia Moderna” written by Boaventura Plácido Lameira de Andrade. With the analysis of the discursive sequences, it was possible to deduce the image of linguistics as a field of knowledge that deals with the evolution of languages (understood as living beings) and take the section as a way to establish and legitimize the linguistic studies in Brazil in the nineteenth-century.

Keywords: Scientific popularization; language studies; nineteenth century journal.

1 Introdução

O presente trabalho pretende, a partir das considerações teóricas da Análise do Discurso de linha francesa e da História das Ideias Linguísticas, analisar textos da imprensa escrita do século XIX. Especificamente, o material de análise é composto por algumas seções de “*O Vulgarizador: O Jornal dos Conhecimentos Úteis*”², um periódico de divulgação científica, editado entre os anos de 1877 – 1880 por Augusto Emílio Zaluar³. Tal jornal assumia um duplo objetivo: a) trazer informações ao povo brasileiro das então recentes conquistas da ciência e ajudar, por conseguinte, o progresso e o desenvolvimento do país; b) explicar a importância dos assuntos científicos tratados, incentivando uma cultura científica e fazendo com que a ciência se tornasse parte do cotidiano do público leitor. O jornal foi produzido durante uma época em que as pesquisas científicas, tanto profissionais quanto amadoras, aumentaram vertiginosamente, o que se deveu, em alguma medida, ao advento e à disseminação do “método científico”⁴. Portanto, contruiu-se a ideia, fortemente alicerçada no positivismo, de que a pesquisa científica seria sinônima de progresso e desenvolvimento. No âmbito dos estudos da linguagem, é nesse período que ocorreu um intenso debate sobre a linguística histórico-comparativista.

O periódico *O Vulgarizador* conferiu aos estudos da linguagem uma

2 O jornal foi publicado em trinta e oito números, segundo a edição fac-símile da Biblioteca Nacional.

3 O literato, escritor e jornalista português, Augusto Zaluar (1825-1882), posteriormente radicado e naturalizado brasileiro, escreveu *Peregrinação pela Província de São Paulo*, datado de 1863, e também o primeiro romance brasileiro de ficção-científica: *O Doutor Benignus* (1875).

4 Pode-se dizer que é no século XVII que a ciência faz uso de um “método científico”. Em 1637, é publicada a obra *Discurso sobre o método para bem conduzir sua razão e procurar a verdade nas ciências*, de R. Descartes que defendia o caráter singular e universal do método. A publicação de *Principia*, de Isaac Newton, em 1687, marca a sistematização do método científico, como também se tornou um marco na revolução científica moderna (Mota, 2001).

seção intitulada *Philologia Moderna*, publicada somente em três edições. Isso se dá no mesmo período em que ocorreu um intenso debate sobre a linguística histórico-comparativista. O nosso interesse em analisar essas edições partiu de uma questão: quais são as imagens da ciência do campo de estudos da linguagem construídas discursivamente em *O Vulgarizador*? Além dessa, duas outras se impuseram: qual a imagem de cientista se procura construir? E é possível compreender “O Vulgarizador” como um instrumento de constituição e legitimação dos estudos da linguagem no século XIX? Em consonância com as perguntas, elegemos duas linhas organizadoras das análises: (i) reflexão a cerca da constituição dos estudos da linguagem em jornal de divulgação científica oitocentista; (ii) a construção das imagens de ciência e cientista nas três edições que tematizam os estudos da linguagem. Considerando tais linhas, objetivamos com o trabalho depreender as imagens discursivas de cientista e ciência da linguagem, como a constituição e institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil oitocentista. Em outros termos, pretendemos averiguar a construção da legitimação – ou a busca pela legitimação – da linguística e do linguista.

Cabe ressaltar que consideramos que o discurso de divulgação científica funciona como exteriorização da ciência, uma vez que este “publiciza o discurso da ciência” (ORLANDI, 2005, p. 149). Optar por investir nos debates relativos ao modo de circulação do conhecimento científico na sociedade da época mostra-se relevante para a compreensão da produção de um saber sobre os estudos da linguagem e para a retomada de um acerta memória. Convém esclarecer que a memória é entendida como um saber discursivo que torna possível todo dizer, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de posição. Em suma, a memória discursiva é constituída tanto por lembranças como por esquecimentos. Em nosso trabalho, a memória do dizer, que sustenta a possibilidade de produzir sentido, trabalha os efeitos de sentidos de divulgação da ciência da linguagem em circulação na sociedade brasileira oitocentista⁵ – por sinal, uma socie-

5 Paralelamente, interessou-nos também compreender os efeitos de sentidos produzidos pela designação “vulgarização” no título do periódico. Sabemos que as designações inscrevem-se em diferentes materialidades e produzem efeitos de sentidos distintos em diferentes temporalidades. Ressaltamos que a história tem um sentido particular para a Análise de Discurso, pois está “ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não com a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 1990, p. 35). No Brasil, do século XIX até os anos 30 do século XX, cientistas e literatos utilizavam com regularidade a expressão “vulgarização científica” para designar a atividade de “comunicação científica para leigos”. A circulação da expressão “vulgarização científica” pode ser encontrado em livros e jornais do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

dade que se dizia progressista, mas construída sob um regime absolutista e escravocrata, e na qual só uma pequena parcela da população tinha acesso ao conhecimento escolarizado e ao científico.

2 A institucionalização do saber linguístico em periódicos

Em relação à produção de saber metalinguístico, consideramos que, a partir da Independência (1822) e da entrada das ideias românticas no Brasil, surge a preocupação com a língua nacional, que se tornaria o objeto de interesse dos gramáticos desse período (GUIMARÃES, 2004). A busca pelo nacional e suas “raízes” ganha relevo e, em consequência, as polêmicas entre portugueses e brasileiros sobre a disputa pela língua ficam mais acirradas. A título de exemplificação, trazemos alguns trechos da discussão entre Pinheiro Chagas e José de Alencar sobre a produção de “brasileirismos” na obra *Iracema*:

Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado [...]. Na opinião do Sr. Pinheiro Chagas, a gramática é um padrão inalterável, a que o escritor se há de submeter rigorosamente (ALENCAR, [1870] 1965, p. 259).

[novos ensaios críticos] “é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções de uma insurreição” (PINHEIRO CHAGAS, 1867, p. 221).

A perpetuação dessa polêmica pode ser observada em várias textualidades ao longo do século. Uma das formas de se distanciar dos instrumentos linguísticos produzidos por portugueses estaria baseada na não aceitação de sua natureza metafísica – entendida como pura especulação. Júlio Ribeiro que em 1881 publicou a *Grammatica Portuguesa*, afirmando no prefácio que “antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1884 *apud* GUIMARÃES, 2004, p.28). Essa tomada de posição estaria sustentada em uma mudança de paradigma de conhecimento, especialmente, em relação ao estabelecimento do conhecimento sobre língua formulado a partir do comparativismo (essa perspectiva também pode ser observado/verificado

nas edições da seção *Philologia Moderna*) de Frederico Diez, Franz Bopp, Jacob Grimm e Max Müller. Indubitavelmente, procurava-se afastar de Portugal ao se aproximar de ideias filosóficas e científicas de outros países. Se por um lado pode-se dizer que a independência do Brasil acarreta uma “deslusitanização” de nossa cultura, por outro lado prevalece ainda uma europeização na constituição da cultura “nacional”.

No Brasil, a institucionalização dos estudos da linguagem e profissionalização da área é marcante no século XIX: criam-se escolas, programas e materiais de ensino, assim como um modo de ensinar a língua nacional. Observa-se, nesse período, um processo gramatização⁶ da língua nacional, sobretudo, com a produção de gramáticas a partir de um acontecimento institucional: a criação do Programa de Português para Exames Preparatórios, de Fausto Barreto⁷ (1887). Sobre o programa Júlio Ribeiro afirmava: “não há o que negar; é este programa organizado cientificamente, sobre as bases largas, sólidas, da ciência da linguagem” (RIBEIRO, 1887, p. 92 *apud* GUIMARÃES, 1997, s.p.). As condições para a produção do programa estavam atreladas a um momento de reflexão sobre as condições da nacionalidade brasileira e a circulação de um paradigma de conhecimento sobre língua.

O programa, um instrumento do Estado, normatizou o que se devia ensinar sobre a língua e impulsionou a gramatização do português brasileiro. Mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, teve como consequência a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática (ORLANDI, 1997). Esse saber também poderia ser institucionalizado por outras textualizações? E, em especial, pela mídia impressa? Segundo Orlandi (2002), os mesmos intelectuais que fazem as gramáticas são os que ensinam as línguas. E completá-riamos: são os mesmos que produzem textos jornalísticos divulgando os estudos da linguagem. Essa forma de organização social do trabalho sobre a língua (gramático, professor, divulgador) tem efeitos para a organização do próprio conhecimento social e de sua circulação. Sobre o profissional que produz textos jornalísticos, Guimarães (2004), ao comentar sobre a produção metalinguística em meados do século XVIII, afirma que “uma atividade muito comum na história do controle sobre a língua no Brasil são as colunas de ‘especialistas’ na imprensa”. (GUIMARÃES, 2004,

6 Gramatização é definida como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65)

7 O programa foi realizado a pedido do diretor geral de Instituição Pública, Emílio Vitério, em 1887.

p.30). No caso de nosso material, o autor era professor de LP, publicava artigos em periódicos e, posteriormente, viria a ser coautor de uma gramática. A respeito dos autores de instrumentos linguísticos brasileiros, Orlandi (2002) sublinhe que

Os autores de nossa produção linguística e literária são um grupo de intelectuais nem sempre formados em Letras. São historiadores, médicos, engenheiros, e letrados que se dedicam ao estudo e ao ensino da língua, assim como à produção de instrumentos linguísticos e da literatura, produções que legitimam nossa escrita (“escrever como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”). Todos esses intelectuais são, em geral, capazes de uma escrita jornalística, que constitui, por assim dizer, o lado de divulgação desse conhecimento e dessa prática erudita, do saber a língua. (ORLANDI, 2002, p. 204-205)

A divulgação nos periódicos fazia circular um determinado saber na sociedade, instaurando as “coisas a saber que lhe são necessárias para ser um sujeito social” (ORLANDI, 2002, p. 210) e produzindo um efeito de exterioridade da ciência. Entenderemos melhor essa posição se tomarmos a questão do que é “interno” ou “externo” à atividade científica. Se a ciência, tal como Pêcheux (1988) aponta, produz-se na sociedade e os sujeitos envolvidos em sua produção não são jamais independentes das determinações sócio-históricas, podemos afirmar que não há um exterior à atividade científica, mas, pelo modo como a ciência circula, cria-se um efeito de exterioridade. Esse efeito de exterioridade é constitutivo não só do discurso de divulgação científico como do próprio discurso científico, que se caracterizaria, segundo pretensamente verdadeiro. Daí, a relevância de se estabelecer uma ideia de “universalidade e atemporalidade” ao que é científico.

O divulgador do século XIX buscava uma relação com aqueles que se supunha ter uma cultura geral capaz de acolher o saber sobre língua/linguagem. Retornamos às reflexões de Orlandi (2002) ao considerar a especificidade desse saber: “É preciso ainda mencionar um elemento que faz parte dessa virada: o modo de presença da linguagem na sociedade. No século XIX, a imprensa está ainda engatinhando no Brasil e os meios de comunicação parcos eram praticados de modo ilustrado e erudito” (ORLANDI, 2002, p. 207).

Não se divulgava para o grande público – como na atualidade se acredita realizar –, mas para um seletivo grupo de intelectuais “conhecedores” da

língua sob um paradigma “científico”. “Há, neste caso, como dissemos, um presumido saber social da linguagem, como parte da cultura geral (bem social geral), que é mobilizado [...] A língua se apresentava assim em outro lugar, assim como a presença e a forma dos profissionais da linguagem era outra. (ORLANDI, 2002, p. 207)

3 Sobre condições de produção e formações imaginárias: como é possível constituir o corpus?

Para responder as questões que nortearam as análises, foi fundamental considerarmos a noção de condições de produção. Esse conceito – definido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 74) – foi proposto como uma maneira de explicar o processo de produção de discurso, ou melhor, de explicar a relação com a exterioridade que lhe é constitutiva. O *Vulgarizador* tinha por finalidade, em cada uma de suas edições, instruir o público leitor sobre assuntos de cunho científico, ou melhor, de uma “ciência útil”. Afinal, a ciência nascente à época estava atrelada indissociavelmente à produção tecnológica, e, por isto mesmo, entendia-se que deveria ter uma utilidade prática à sociedade. Daí que mais importante que levar ao público o conhecimento científico *per se* era provar a sua utilidade. Justificar-se-ia, então, o subtítulo do periódico: o jornal dos conhecimentos úteis. Sua circulação se restringia, basicamente, à população letrada do Segundo Reinado (advogados, políticos, nobreza e clero), que tinha acesso ao seu conteúdo. Quanto ao preço, a anuidade para a corte era 12\$000 (doze mil conto de réis) e 14\$000 para as províncias. Vale salientar que 1:000\$000 (1 conto de réis, i.e. 1 milhão de réis) comprava à época 1kg de ouro (BATALHA, 1999).

Em relação às suas características gráficas, foi um dos primeiros jornais no Brasil a reproduzir imagens. Vergara (2008) ressalta que “o jornal [...] assumia o compromisso de trazer em cada número uma gravura”. A publicação teve 38 números e 37 ilustrações. Além desse aspecto, contou com participações de: José de Alencar, Machado de Assis e Alexandre Herculano, entre outros. Além de conter imagens, tidas como uma inovação, o periódico estava dividido em seções. Dentre elas, elencamos apenas três como corpus empírico para proceder a nossas análises. Cabe frisar que o nosso procedimento analítico se baseia em um contínuo movimento entre teoria e análise das sequências recortadas. Para esclarecer esse movimento,

indicamos as etapas do caminho teórico-metodológico seguido. Primeiramente, se procedeu à coleta do corpus empírico, ou seja, o levantamento de *O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*, devidamente retirado do site do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST⁸. Em seguida, delimitaram-se as seções sobre divulgação científica relacionadas aos estudos da linguagem, no caso as três edições da *Philologia Moderna*, escrita por Boaventura Plácido Lameira de Andrade, que tratam, principalmente, da origem da linguagem. Chegou-se a essas três textos a partir da conjugação da leitura do corpus empírico e as perguntas norteadoras da pesquisa. A partir daí, buscamos regularidades na superfície linguística dos textos - processo de de-superficialização (ORLANDI, 2000) para proceder ao recorte de sequências discursivas, que formam o objeto discursivo.

Na etapa subsequente, passou-se do objeto discursivo para o funcionamento discursivo, e, para melhor sistematização desta etapa, as sequências discursivas foram organizadas em três eixos temáticos. Como pode ser observado, a construção do corpus discursivo - um gesto de interpretação do analista - justifica-se, pelo viés teórico, uma vez que a delimitação do corpus para estudos em AD “não segue critérios empíricos (positivista) mas teóricos” (ORLANDI, 2000, p. 62). É a partir dessa textualização que se buscou compreender as imagens discursivas para a linguística e o linguista que são construídas no jornal.

De acordo com a linha teórica a que nos filiamos, os lugares determinados na estrutura de uma formação social estão representados nos processos discursivos; entretanto, eles se encontram transformados. A correspondência entre os lugares empíricos e posições discursivas não é biunívoca, pois não são os lugares sociais e sujeitos empíricos que funcionam no discurso, mas “suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2000, p. 40). São essas projeções que possibilitam passar dos lugares sociais para as posições de sujeito no discurso.

De forma a apreender as imagens produzidas no jornal oitocentista, fez-se necessário observar os sujeitos que o constituem, as posições ocupadas, a determinação histórica, o trabalho da memória. Os lugares sociais da ciência da linguagem, da mídia e do senso comum são ocupados, nesse discurso, pelo cientista/divulgador e pelo leitor. No entanto, não há uma relação direta entre o lugar social e a posição discursiva. Por exemplo, o cientista/divulgador pode ocupar diferentes posições: aproximação com algumas ciências; identificação com determinados cientistas; oposição à metafísica e à teologia, entre outras.

8 <http://www.mast.br/ovulgarizador/>

Essas posições-sujeito (leitor, cientista/divulgador) são consideradas à luz do conceito do processo discursivo, deve-se considerar o conceito de **formações imaginárias** – que também fazem parte da constituição das condições de produção –, visto que todo processo discursivo é constituído por formações imaginárias que representam “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Essa maneira de reconhecer a si próprio e ao outro pode ser considerada como um jogo de imagens de um discurso. Daí um discurso não implicar uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de “efeitos de sentido” entre sujeitos.

Além das instâncias A e B, incorpora-se ao quadro das formações imaginárias o elemento R – que implica a noção de “contexto” ou “situação” na qual se produz o discurso – pertence igualmente às condições de produção. Com efeito, trata-se não de uma realidade física, mas de um objeto imaginário. Há aí também duas representações imaginárias do referente, a saber: a imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz do próprio discurso ou do que é enunciado; a imagem que o sujeito, ao enunciar, faz da imagem que seu interlocutor faz do discurso ou do que é enunciado. Em nosso estudo, cabe-nos interrogar sobre as imagens de ciência (linguística) e de cientistas (linguista) construídas na seção *Philologia Moderna*.

4 As imagens produzidas: o linguista e a linguística⁹

De forma a contemplar a construção dos saberes a respeito da linguística, retomamos uma reflexão feita por Auroux (1992). Para o referido autor,

“todo conhecimento é uma realidade histórica [...] o ato de saber possui por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto constrói” (AUROUX, 1992, p. 11-12).

Talvez possamos incluir o periódico em questão neste horizonte que apontará para uma determinada forma de produzir um saber sobre lin-

9 É tomado aqui como o especialista em estudos da linguagem.

guagem. Como já comentamos anteriormente, no século XIX, os estudos da linguagem, no Brasil, se legitimaram como um saber praticado e produzido por poucos professores secundários e divulgado em periódicos e em prefácio de gramáticas escolares. É interessante observar que Lameira de Andrade, autor das três edições de *Philologia Moderna* e coautor da *Grammatica de língua portuguesa para uso nos lyceus, gymnasios e escolas normaes*, assevera, no prefácio da primeira edição, que os estudos da linguagem se assentam sobre a base da história e da comparação, “único método de ensino racional, que pode logicamente encadear causas e efeitos, concorrendo para mais fácil encerebração dos fatos e das leis da linguagem” (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1879, p.3). E os autores complementam dizendo que o objetivo fora o de escrever uma “gramática completa da língua portuguesa, rompendo em luta a tradição” (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1879, p. 5). Estariam esses professores lutando contra a produção portuguesa? Fica a questão.

Para consolidação desse campo de conhecimento, foram necessárias, por um lado, a legitimação por pares e a circulação de uma determinada produção em meio social e, por outro lado, a institucionalização pelo Estado. Outro aspecto que merece destaque é a circulação de uma dada discursividade naturalista (positivista) nos estudos filológicos. Orlandi(1996) destaca que a “importância fundamental do Naturalismo, no século XIX, [deu-se] na construção das formas da cientificidade, na observação e classificação de dados, sobretudo na atividade de pesquisa de campo no domínio da linguagem” (ORLANDI, 1996, p. 43).

Podemos averiguar que a linguística enunciada nas edições *Philologia Moderna* tem como objeto de estudo a evolução das línguas, entendidas como seres vivos. Deve-se lembrar que, nesse momento, os estudos linguísticos não possuíam uma terminologia específica própria. Uma forma de lhe conferir mais prestígio e credibilidade era tomar de préstimo uma terminologia já existente, ou seja, a das ciências biológicas e naturais. Além disso, procura se distanciar do conhecimento certo filosófico, considerado especulativo e menosprezado pela vulgada positivista e da teologia como poderemos observar nas sequências discursivas recortadas e agrupadas no eixo 1:

ET1: Movimentos de exclusão e de inclusão

SD1: a linguística moderna operou uma completa revolução, conseguindo estabelecer por prova cumulativa dos factos comparados, um corpo de doutrinas inteligíveis que cancellaram por

uma vez as opiniões extravagantes e desencontradas que a teologia e a methaphysica haviam formado sobre a origem da linguagem. (p.148)

SD2: Será a linguagem uma instituição divina, um instinto orgânico? Ou uma aquisição do homem? A primeira destas hypotheses já não merece consideração. [...] As decisões theologicas que só podem ter pèzo pela autoridade tradicional dos textos bíblicos, á vista d'isto, estão fora da discussão. (p.164)

SD3: Os que são estranhos aos trabalhos pacientes e de detalhe, os que preferem as phosphorescencias da imaginação á luz real da crítica e da razão amadurecida, os que tomam o romance pela sciencia, não se contentarão, por certo, com as vistas que acabamos de expor. Não importa. Até prova contaria, a linguística não póde ceder a esta apreciação. Tanto mais que ella confirma e é confirmada pelas mais luminosa e comprehensiva das concepções philosophicas d'este século – a idéa da evolução, que está destinada a vir a ser a representação mais racional dos fenômenos da natureza. (p. 165)

Observa-se que a seção do periódico produziu uma fronteira daquilo que poderia contemplar os “novos” rumos na área da chamada “Linguística moderna”. Antes, contudo, devemos considerar a expressão “linguística moderna”. Há uma determinação temporal, uma vez que a linguística é delimitada por uma expressão de temporalidade. O adjetivo “moderno” – funcionando com um pré-construído – estaria em relação à atualidade (da época) que procurava romper com uma tradição lusitana que privilegiava o estudo especulativo

As sequências discursivas recortadas apontam para a constituição do discurso de legitimação da linguística como ciência. E o faz estabelecendo um distanciamento da tradição teológica e metafísica – consideradas aquelas que não produzem verdades. Há uma historicidade e uma memória que constituem os dizeres presentes na seção do jornal, ou melhor, que constituem uma determinada produção de conhecimento.

Os rumos dessa ciência são marcados pela busca da legitimidade e da comprovação científica, de forma a alcançar estatuto de verdade. Identificamos ressonâncias fundadoras (SERRANI, 1993) do saber linguístico produzido e que circulava no século XIX. Há nessa emergência disciplinar (SCHERER, 2003) – que mobiliza uma multiplicidade de parâmetros em uma dada conjuntura - o distanciamento de alguns saberes (teologia e metafísica), aproximação com outros, como veremos (biologia, geologia, antropologia, física) e também a inserção de citação de teóricos da linguagem

(todos europeus). Parece ser essa a condição organizadora da existência desse discurso sobre a linguística em âmbito da divulgação científica. Na época, havia certas doutrinas científicas (o positivismo, o naturalismo, o evolucionismo) que granjeavam partidários em diferentes áreas de produção de conhecimento. Especificamente, com as ideias positivistas, buscou-se modernizar a nação frente aos “triunfos da ciência”.

A cada período, a produção científica está atrelada a uma política de ciência. Segundo Guimarães (2009), entende-se por política de ciência o controle do que se deve ou não pesquisar, ou ainda do que é necessário pesquisar. Nesse processo, o sujeito ao se filiar a uma determinada comunidade científica e inscreve-se em uma posição ideológica. Tanto o objeto quanto o método de investigação são pensados conforme a corrente teórica a qual o sujeito se filia. Afinal, toda filiação teórica é constituída histórica e ideologicamente. Devemos ressaltar que a política de ciência naquele momento histórico implicava em referência de ordem teórica relacionada à evolução das línguas, em uma busca pelo elo perdido da origem da linguagem.

Pode-se dizer que o discurso biologizante/naturalista faz parte da constituição o discurso da divulgação científica sobre o saber linguístico, mas não só aquele. Há uma memória, a qual faz ecoar várias teias discursivas. Na busca por essa legitimação, estabeleceu-se uma aproximação com outros saberes: a física, a geologia, a antropologia, etc. Nesses domínios científicos, o discurso naturalista produz um efeito de objetividade, criando uma ilusão de estabilidade de sentidos, unívoca e sem equívoco. É tomado como a possibilidade de distinguir o que se estabelece como verdadeiro ou como falso.

ET2: Procedimentos científicos de outros campos

*SD4: O exemplo d'esta **minuciosa dissecação** nos conduz á duas inferências: primeiramente, que os **organismos verbaes mais perfeitos** se formam por via de **aggregação** e de **integração** crescente, e, em segundo lugar, que subindo-se de **stratus** em **stratus** [...]. (p. 148)*

*SD5: Repousa, por conseguinte, em legitimos fundamentos a determinação de um período de **puras raízes**, onde o mecanismo das palavras consistia em simples monosyllabos [...]. (p.149)*

SD6: Desta maneira chegamos á raiz ide-vidé “ver, conhecer” (p.148)

*SD7: Com effeito, no **especimen** que citamos, vid, [...]. (p.149)*

*S89: Se é verdade, como geralmente é acceito, que o **periodo rhe-matico ou das raizes, nos leva ás mais remotas estratificações da linguagem** e nos esclarecem sobre os processos mais primitivos de seu crescimento e desenvolvimento [...]. (p.149)*

*SD9: Uma das características do **typo-raiz** é sempre exprimir uma noção geral. (p. 155)*

*SD10: As interjeições **inglezas faugh! fi-l não procrearam**, certamente, as palavras **filth e foul [...]**. (p. 156)*

*SD11: É esta uma das mais sólidas conquistas da **analyse etymologica**, que para discernir as boas das más derivações, dispõe de regras **phonicas exactas**, na esfera de cada **grupo genético bem definido**. (p.148)*

Como exemplo, cita-se a sequência “É esta uma das mais sólidas da analyse etymológica, que para discernir as boas das más derivações, dispõe de regras fônicas exactas, na esfera de cada grupo genético bem definido”. O efeito de sentido da distinção entre boas e más indica um funcionamento que evoca a teoria evolucionista. Ao estabelecer uma imagem de ciência com um método baseado em ciências exatas e da natureza (as quais constituíram as bases do que era considerada cientificidade no século XIX) acaba-se construindo a imagem de cientista: aquele devoto à verdade científica. Em outros termos, caberia ao linguista (à luz da biologia, geologia etc.) identificar, via método histórico-comparativista, os elementos da língua, dissecando-a, tal qual organismo vivo, a fim de se encontrar suas raízes.

A “linguística moderna” a partir de uma episteme fundada na “vontade de Verdade” (Foucault, 2001), estabelece um sistema de exclusão: interdita a teologia e a metafísica, ao passo que inclui as ciências da natureza. A língua, entendida como um organismo vivo, estaria subjugada à regras da natureza: passaria pelas etapas de desenvolvimento, evolução e morte; faria parte de um grupo genético. A evolução levaria ao alcance de organismos verbais cada vez mais perfeitos, cabendo ao linguista (o “cientista” da linguagem) analisar estes organismos da forma mais exata possível. Ressalta-se aqui que só os mais perfeitos seguiriam o rumo da evolução da língua.

Em relação à imagem do linguista, também verificamos que se constrói uma postura de atribuição de prestígios aos linguistas europeus; de fato, um funcionamento pautado na exaltação do reconhecimento do outro. Cita-se um certo quadro institucional, produzindo um efeito de legitimação. Para a institucionalização e circulação é necessário que haja reconhecimento entre os pares no interior de uma comunidade que valide e legitime tal conhecimento. Várias citações de pensadores europeus são trazidas – de fato os enunciados da seção pareciam dialogar com esses – e outras ideias são rechaçadas. Sendo que no caso delas, não há indicação específica. Vejamos:

ET3: A seriedade entre os pares

SD12: *O que pensaríamos do **geólogo** que parasse na época terciária[...] O linguista está nas mesmas circunstâncias se suspender seu exame nas velhas camadas do monossyllabismo* (p. 149)

SD13: *Para o professor Max Muller, o **sábio conferenciador** do Instituto de Londres* (p. 148).

SD14: *Segundo os missionários, diz J. Lubback, [...] Este **ilustre etnologo** cita numerosos testemunhos [...]* (p. 155)

SD15: ***Investigadores da competência** de Augusto Schleicher, de W. Bleek, de J. Grimm, Abel Hovelac que e muitos outros [...]* (p. 165)

SD16: *Não partilhamos, sem duvida, das **exagerações d'aquelles** que pretendem derivar glossários inteiros de interjeições e onomatopeias. **Semelhantes tentativas são futeis e sem resultado.*** (p. 156)

Para valorizar as pesquisas na área de estudos da linguagem, como geologia, era necessário referir à produção de outras áreas, ou seja, tomá-la como o outro a ser citado, uma vez que foram as terminologias de outros campos que tornaram possíveis a constituição da linguística histórico-comparativa. Observa-se também, como um gesto de autoridade, que trazer *sábios, ilustres, competentes teóricos europeus* serviria para sustentar um posicionamento e consolidar esse conhecimento ainda pouco difundido no Brasil. Ao mesmo tempo, afastaria qualquer aproximação com aqueles *exagerados* que não compreendiam bem os estudos de “dessecação” de vocábulos em unidades menores na busca da origem da linguagem humana. A determinação discursiva – base da estabilidade do referente – é o mecanismo que assenta o efeito de evidência: teóricos comparativistas recebem valoração positiva, possibilitando a criação de um campo produzido somente por sujeitos competentes e ilustres.

Em suma, pode-se dizer que a imagem de ciência que se constrói é a de uma que tem que passar pelo crivo de outras ciências já validadas social e historicamente, antes de poder ser legitimada como uma ciência independente. É uma ciência que necessita ser capaz de remontar às origens de seu objeto difuso e ser capaz de destrinchá-lo como se fosse um organismo vivo em estágio evolutivo. O uso de tal terminologia também encontra sua “validade” no fato de a todas as ciências ser necessário o uso do método científico, o qual se tornou o elemento homogeneizador de toda e qualquer pesquisa científica *séria* realizada em institutos de pesquisa, associações e academias; distanciando-se da amadora, conduzida por particulares, lei-

gos ou aficionados por ciência, não tendo um vínculo com o mundo científico. Logo, se exigia também que uma ciência, para ser considerada séria, tivesse que poder aplicar às suas pesquisas os mesmos métodos das demais e se inserir em uma área definida por pensadores ilustres.

5 Para considerar

As discussões propostas abordam temáticas relativas às práticas discursivas de divulgação científica no século XIX. Analisamos a divulgação científica formulada especificamente em três edições da seção intitulada *Philologia Moderna*, buscando o estabelecimento do saber linguístico e como este era divulgado na mídia do século XIX, bem como o funcionamento das suas relações interdiscursivas.

A ciência da linguagem nascente ao momento almeja alcançar o prestígio das ciências naturais e pretendia compor uma terminologia que lhe fosse funcional. Daí a Linguística ter se apropriado naquele momento do léxico das ciências da natureza e passar a possuir um caráter biologizante/naturalista. Isto não quer dizer que a Linguística fosse apenas uma cópia destas ciências. Pelo contrário, ela evoca toda uma memória discursiva no que tange ao trabalho que já vinha sendo realizado há séculos neste campo.

A partir da análise das sequências recortadas foi possível verificar que se intentava legitimar a linguística tanto por um distanciamento quanto por meio da aproximação com outros saberes. Em outros termos, para fins de legitimação buscou-se delimitar um domínio de saber por meio de determinação e fixação de fronteiras, separando o lugar da teologia e da metafísica e dando visibilidade aos pesquisadores comparativistas europeus e silenciando outros. Tal recorte operado indica a constituição de certas normas de cientificidade.

O nosso gesto de interpretação das sequências levou-nos a constatação de que, a partir das ideias da linguística histórico-comparativista, o discurso de divulgação oitocentista realiza um contorno específico e abandona outros. As condições de produção de divulgação de conhecimento sobre a origem da linguagem estão afetadas não só pelo momento histórico em que estão inseridas, mas também por uma memória e por uma política de ciência.

Assim, como apontado por Aurox, evidenciamos que há uma temporalidade no interior da produção histórica do/sobre o saber linguístico. Também verificamos que há uma relação da linguística divulgada no periódico e o ensino da língua portuguesa, portanto, na produção de instrumentos linguísticos, sobretudo, de gramáticas. Mas essa é uma outra conversa.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, José de. Pós-escrito [à 2ª edição]. In: _____. *Obra completa*, v.III. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. p.255-266.
- AUROUX, E. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. *A gramática brasileira do início do século XX: Grammatica Expositiva* (Eduardo Carlos Pereira) e *Grammatica Portuguesa* (Hemetério José dos Santos). *Confluência* (Rio de Janeiro), v. 37/38, p. 59-82, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. História da gramática no Brasil e ensino. *História das ideias linguísticas no Brasil – Relatos*, n.5. Campinas, 1997. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html Acesso em 30 jun. 2015.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *Linguagem e conhecimento: produção e circulação da ciência. Rua*. Campinas, n.15, v.2. 2009.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.
- MOTA, Ronaldo. Acerca do método e do conhecimento científico. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n.23, p.15-20, jul./dez. 2001.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: _____. (org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Labeurb/ Pontes, 2001a, p. 9-24
- _____. Divulgação Científica e efeito-leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e Circulação do Conhecimento*. v.1. Campinas: Pontes, 2001b, p. 21-30.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Linguagem, ciência, sociedade: o jornalismo científico. In: _____. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004, p. 129-147.

- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia e história das ciências. In: PÊCHEUX, M; FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p.17- 57.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas. Editora da Unicamp, 1988.
- _____. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.61-162.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P; et al. (org.). *Papel da memória*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.49-57.
- PINHEIRO CHAGAS, M. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867.
- PFEIFFER, Cláudia C. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2000.
- SCHERER, A. E. A história e a memória na constituição do discurso da Linguística Aplicada no Brasil. In: Maria José Coracini; Ernesto Sergio Bertoldo. (Org.). *O desejo da teoria e a contigência da prática: discurso sobre/na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, v. , p. 061-084.
- SERRANI, Silvana M. Ressonancias Fundadoras e Imaginario de Língua. In: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi. (Org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 113-126.
- SILVA JUNIOR, Manuel Pacheco; ANDRADE, Boaventura. P. L. *Gramática da língua portuguesa para uso nos lyceus, gymnasios e escolas normaes*. 2. ed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C, 1887.
- VERGARA, Moema.. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul/dez 2008, p. 137-145.
- _____. Modernidade e Imagens de objetos de ciência e tecnologia em jornais ilustrados do final do século XIX. *Revista Patrimônio e Museologia*. v. 2, n. 2, 2009, p. 24-37.

Recebido em: 30/06/2015. Aceito em: 21/08/2015